



DA MODERNIDADE PÓS-COLONIAL E DAS RELAÇÕES DA AMÉRICA LATINA COM A CHINA EM UM NOVO CONTEXTO MUNDIAL

MARCOS COSTA LIMA

Professor do Departamento de Ciência Política da UFPE
Doutor pela Unicamp e Pós-doutor pela Université Paris XIII
Coordenador do Instituto de Estudos da Ásia e diretor do Centro Internacional Celso Furtado

JOYCE HELENA FERREIRA DA SILVA

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco
Pesquisadora-associada do Instituto de Estudos da Ásia (IE-Ásia/UFPE)

RESUMO: Tratar das relações internacionais entre duas realidades que sofreram de forma diferenciada de processos coloniais, obriga alguma consideração teórica sobre o *estatuto da modernidade*, tomado como conceito histórico introduzido em um momento determinado da história Ocidental. Iniciamos por uma reflexão estabelecida pelo cientista político e historiador indiano Partha Chatterjee, que tem produzido uma obra instigante sobre o pós-colonialismo; e também pela obra do historiador chinês Wang Gungwu, que se interroga sobre a visão ocidental de que o mundo irá inexoravelmente convergir para algo semelhante à sociedade ocidental, considerando-a como uma visão problemática, senão equivocada. Julgamos importantes estes aportes quando tentamos não apenas entender o “lugar dos periféricos” ou dos colonizados em um mundo que se quer *pós-colonial*, e ainda mais quando a intenção é aprofundar as relações entre China e América Latina. Como se tentou mostrar neste trabalho, as trajetórias particulares de China e América Latina conduziram a resultados bastante diferentes, apesar de haver hoje, um esforço conjunto de superação das configurações pró-capitalismo central e por uma maior interação e presença comercial e diplomática na cena internacional.

PALAVRAS-CHAVE: modernidade colonial; teoria das relações internacionais; periferia; aspectos geopolíticos e econômicos.

POSTCOLONIAL MODERNITY AND LATIN AMERICAN RELATIONS WITH CHINA IN A NEW WORLD CONTEXT

ABSTRACT: The study of international relations on two realities that experienced different colonial processes, require some theoretical consideration. We begin with the status of modernity, taken as a historical concept introduced at a certain time in Western history. We

rely on the reflection established by a Indian political scientist Partha Chaterjee, which has produced a thought-provoking work on postcolonialism. But also with the enlightening work of the Chinese historian Wang Gungwu, who consider as problematic or misguided the question about the Western view that the world will inexorably converge to something similar to Western society. Those works are relevant when we try to understand the "place of the peripheral" or the ex-colonized today. And even more when the intention is to deepen the comprehension and relations between China and Latin America. As we attempted to show in this paper, those countries paths have led to very different results, in terms of geopolitics and the place in World Politics, but are strengthening their positions and collaboration for a greater presence in the international scene.

KEYWORDS: colonial modernity; international relations theory; periphery; geopolitical and economic aspects.

“Compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe num contexto particular”.

Pierre Bourdieu (1994, p. 159)

INTRODUÇÃO

Tratar das relações internacionais entre duas realidades que sofreram de forma diferenciada de processos coloniais obriga alguma consideração teórica sobre o *estatuto da modernidade*, tomado como conceito histórico introduzido em um momento determinado da história Ocidental. Essa modernidade, que assumiu foros de universalidade, ganhou vida após a Revolução Francesa e recebeu tratamento filosófico de Immanuel Kant, entre outros, com uma grande força emancipatória, involucrada na ideia do Iluminismo, quando “ser esclarecido” equivalia a assumir sua própria razão, sua própria ideia de mundo e sobre o mundo, sem aceitar tutelas. Ser iluminista passou a ser equivalente a libertar-se das trevas, da ignorância, da aceitação incondicional das prescrições. Ser moderno, portanto, equivale adquirir maturidade, participar do debate e expor as próprias ideias. O homem moderno é, teoricamente, aquele que questiona, que pensa com a própria cabeça. As ideias de liberdade e igualdade embasaram a questão dos direitos humanos, que chegaram também às colônias, sendo um caso emblemático na transposição dos direitos para as periferias, o caso haitiano¹, de sua revolução que lutava por independência e fim da escravidão e que foi esmagada, com a prepotência francesa, de que aqueles conceitos eram bons para a França, não para os negros haitianos.

O cientista político e historiador indiano Partha Chatterjee (2004), que foi um dos fundadores do *Subaltern Studies*, que tem produzido uma obra instigante sobre o pós-colonialismo, lança um conjunto de interrogações que são fundamentais para a construção de novas abordagens, seja da Ciência Política, das Relações Internacionais, da História e das Ciências Sociais em geral.

Partindo do caso indiano, no que chama de “Nossa Modernidade”, essa chegou ao país

¹ Como afirmou Partha Chatterjee (2004, p. 104) “Em nenhum lugar do espectro do discurso ocidental da era do iluminismo havia lugar para escravos negros pegando em armas para reivindicar o autogoverno”.

pela mão do domínio britânico² (1757 /1947), uma modernidade que provocou mudanças radicais na Índia, a começar pelo ensino do inglês – para as elites – até a introdução de técnicas, lógicas e costumes anglo-saxônicos, as relações trabalhistas e suas rotinas, e em nível mais abrangente, a consideração da inferioridade daquele povo – “pré-capitalista”, atrasado, irracional, com religião anímica, etc.

Para Chatterjee, essa modernidade foi introduzida pela imposição, completamente alheia ao local, em um povo com temporalidade diversa do colonizador. Para o autor, esse processo teve efeitos nefastos ao povo indiano, esvaziando o povo de si mesmo, de seus padrões e tradições que historicamente lhes trazia sentido e ordem. “Houve um tempo em que a modernidade era colocada como o mais forte argumento em favor da continuada sujeição colonial da Índia: o governo estrangeiro era necessário, nos diziam, porque os indianos deviam antes se tornar *esclarecidos* [...]tivemos de abandonar há muito tempo a simples fé de que algo, por ser moderno e racional, teria necessariamente de ser para o bem” (CHATTERJEE, 2004, p. 63, grifo nosso).

O que Chatterjee nos demonstra com descortino é que a modernidade imposta, a modernidade que vem junto com o colonialismo, que não respeita geografia, clima e cultura, ela é contraditória em si mesma, por não ser aberta a questionamentos e críticas, ela é a própria dominação. Neste sentido, os *novos mundos* seriam meros consumidores de uma modernidade que se impunha como universal. Há uma reflexão de Chatterjee que nos interpela a todos os que sofreram a “vitimização” dessa modernidade europeia imposta. Ao

² Os britânicos estabeleceram uma base territorial no subcontinente pela primeira vez quando tropas financiadas pela companhia Inglesa das Índias Orientais derrotaram os bengaleses na batalha de Plassey, em 1757. As riquezas bengalesas foram expropriadas, o comércio local foi monopolizado pela companhia e Bengala tornou-se um protetorado baixo controle direto britânico. Em 1773, o parlamento britânico instituiu o cargo de governador-geral da Índia.

comentar que quando Kant falava no momento fundante da modernidade ocidental, o filósofo olhava o presente, como um lugar de onde se escapa de um passado opressivo; no caso dos povos coloniais essa modernidade é justamente um presente de onde se deve escapar, o que torna o conceito uma profunda ambiguidade. O colonizado jamais foi sujeito ou portador de direitos e, quando o foi, eram direitos abstratos, sem nenhuma equivalência com a realidade.

Entendemos que a reflexão acima realizada interessa quando tentamos não apenas entender o “lugar dos periféricos” ou dos colonizados em um mundo que se quer *pós-colonial*, e ainda mais quando a intenção é aprofundar as relações entre China e América Latina. Sabemos que existe um grande desconhecimento com relação à China, por parte de nossa região, o que repercutiu, como analisaram Bonilla e Milet (2015), em alguns casos, em uma inadequada avaliação das linhas de ação, o que torna necessário a criação de instituições especializadas que sejam capazes de desenvolver propostas concretas com relação aos chineses e que deem respostas às propostas que tenham origem na China para a região, sobretudo porque este relacionamento está a indicar que não é passageiro e que tende a se aprofundar.

A China tem levantado suspeições de todo o conjunto dos países centrais, sobretudo dos EUA, do Japão, Alemanha e França. E permanece uma incógnita para eles, na dúvida sobre quão forte será a China nos assuntos mundiais. Zheng Yonghian (2010) entende que existem muitas inadequações na Teoria das Relações internacionais que não ajudam a entender o comportamento internacional da China. Segundo ele, nem o realismo nem o liberalismo são capazes de adequar a China em seus parâmetros.

A disciplina acadêmica Relações Internacionais se é jovem no Ocidente, na China surgiu somente no início dos anos 1980. Nas últimas décadas, o campo se tornou vigoroso, numa tentativa de acompanhar os avanços político-econômicos do país, em que pesem as diversas inibições e constrangimentos ideológicos. E segundo Yonghian, a China pode hoje disputar a presença *no campo*, como uma das maiores comunidades epistêmicas no mundo em termos de números de estudantes, faculdades e centros de pesquisa, analistas políticos e profissionais da área. Mas a década passada também assistiu a americanização dos

estudos chineses em Relações Internacionais. E muitos acadêmicos chineses tomaram por empréstimo conceitos desenvolvidos a partir de experiências Ocidentais para desenvolver o *campo* na China. Muitos deles acabaram por descobrir que a aplicação mecânica desses conceitos não ajudaria na compreensão do comportamento chinês nas Relações internacionais (RIs).

No livro que Yonghian edita em homenagem ao historiador Wang Gungwu³, há dois objetivos centrais⁴: i) Qual a extensão na qual as teorias das RIs existentes são bem sucedidas ou ao contrário, fracassaram em lançar luz sobre o comportamento chinês nas RIs? e ii) a tarefa seria explorar como a China se comportou e tem se comportado diferentemente do que outros poderes, ou seja: o que distingue a China do Ocidente? Para Gungwu, a primeira grande tarefa é demonstrar porque é necessário entender que a sociedade humana progrediu e continuará a progredir sob diferentes formas. Para ele, a visão ocidental de que o mundo irá inexoravelmente convergir para algo semelhante à sociedade ocidental é uma visão problemática, senão equivocada. Quando se lê Fernand Braudel, tem-se a mesma impressão. E esta visão linear tem sido adotada sobretudo a partir dos EUA desde o fim da Guerra Fria.

Refletindo sobre o período Mao Tsé-tung, Zheng Yognian (2010, p. 15) afirma que o próprio Mao tinha uma visão linear, de que a China precisava, para entrar na modernidade,

³ Gungwu, Wang nasceu em outubro de 1930 e é um proeminente historiador que tem estudado a China ao longo de sua vida. Nasceu em Surabaya, na Indonésia, e cresceu em Ipoh, na Malásia. Obteve seu PhD na Universidade de Londres, na Escola de Estudos Orientais e Africanos em 1957 com a tese *The structure of power in North China during the Five Dynasties*. Ele ensinou na University of Malaya antes de ir para Canberra em 1968 para se tornar professor e pesquisador sobre os Estudos Asiáticos e do Pacífico na Universidade Nacional da Austrália. Foi vice-reitor da Universidade de Hong Kong e prof. da Universidade de Singapura. Escreveu muitos livros, entre os quais: *Bind Us in Time: Nations and Civilisations in Asia*. Singapura: Times Academic Press, 2001; *Ideas Wont Keep, The Struggle for China's Future*, Singapore: Eastern University Press, 2003; *Nation-building: Five Southeast Asian Histories*. (Editor). Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2005; *China Development and Governance* Edited by: Gungwu Wang (*East Asian Institute, NUS, Singapore*), Yongnian Zheng (*East Asian Institute, NUS, Singapore*), World Scientific, 2012.

⁴ YONGGHIAN, Z. (2010)

adotar a ciência ocidental, e assumiu a provocativa afirmação segundo a qual a ciência “em uma grande medida, a vitória da revolução de Mao foi uma vitória do Ocidente, no que concerne uma visão do progresso revolucionário”.

Para Wang (2003), uma questão chave hoje é saber se as atuais lideranças na China ainda estão comprometidas com a visão linear de progresso ou se têm dúvidas a respeito. A questão que fica sem explicitação é saber se as lideranças chinesas permanecem crentes no poder da ciência Ocidental e de que ela é suprema e nada mais a supera. Se assim é, o avanço chinês nas RIs não pode ser visto como um bom sinal, pois a China, nesta concepção, adotará uma política de confronto, com relação ao restante do mundo, o que irá levar a efeitos destrutivos para vida humana e a história.

O outro lado da moeda é também indicado por Wang, e que algumas lideranças têm apontado e passado a empregar as contribuições confucianas, a exemplo do conceito de “sociedade harmoniosa e mundo harmônico”. Neste sentido, segundo Wang, as lideranças pós-Maoistas têm proposto conceitos outros com ampla identidade na tradição chinesa: “ascensão pacífica e desenvolvimento pacífico”.

O autor James Hsiung (2010) não acredita em visões unilaterais e as afasta como “universalidades falhas” do liberalismo Ocidental. Ele contrasta os valores que intitula de *Abrahamicos* (judaico-critãos), com aqueles *Confucianos*. Para o professor de Política da Universidade de Nova York, os princípios confucianos têm uma abordagem peculiar sobre a natureza humana e do homem em sociedade. A tradição confuciana é muito mais do que os ensinamentos de Confúncio e, contrariamente à ideologia Abrahâmica que está enraizada no pecado, a tradição chinesa em questão está predicada na visão de que a natureza humana pode ser corrigida e é potencialmente disposta para o bem. Mencius (372/289AC), discípulo de Confúncio desenvolveu uma elaborada teoria do Humanismo confuciano, inspirado na noção de bondade inata da natureza humana.

Sua interpretação é consistente com aquela de Confúncio de que aquilo que determina a natureza humana é o efeito condicionante do ambiente humano (a sociedade), incluindo a educação moral. Duas proposições decorrem deste prognóstico: i) que a sociedade humana

pode escapar de influências corruptoras e ii) que o homem encontra sua realização não no isolamento, mas no seu ambiente social. O conceito de “homem em sociedade” começa com a premissa da igualdade humana natural. Ainda a prescrição de que uma boa educação ajuda os indivíduos a atingir seus respectivos ideais. Uma elite propriamente educada deve ser contemplada com um senso de missão, de formas a que não deva pensar apenas em si mesmo, mas deve, sobretudo, priorizar o coletivo. A resultante desta variável é a hierarquia de indivíduos de diversos potenciais e realizações.

As diferenças entre Hobbes, que marca a tradição política Ocidental e a teoria realista, e Confúncio, são muitas. A começar pela visão do Estado, que no Ocidente não se engaja na educação moral. Para Confúncio, o Estado tem que ser o agente cuja função é a de manter a sociedade longe das influências corruptoras. Também a ênfase confuciana no familismo, na família estendida, que é frequentemente o agente prático da moral. É uma incumbência do governo intervir na ajuda ao coletivo social em sua busca de realização, para gerar o desenvolvimento macro social. E para consegui-lo o Estado precisa ser forte, eficiente e amigo do cidadão. Só um governo assim pode transcender qualquer interesse particular e afastá-los.

No Ocidente, a teoria neo-realista se estrutura com base em três conceitos –chaves: anarquia; auto ajuda e balanceamento de poder. E essa ainda é a teoria predominante nas Relações Internacionais, sobretudo nos Estados Unidos. E mesmo que na contemporaneidade tenham ganhado corpo a teoria construtivista e a teoria crítica, além de novas abordagens que questionam os efeitos dramáticos do capitalismo e seus efeitos perversos sobre o meio-ambiente, sobre a os direitos humanos internacionais, as questões étnicas e de gênero, ainda a centralidade do Estado-nação, do poder e da guerra, são amplamente dominantes.

Um segundo ponto teórico relevante foi construído a partir de um modelo, da obra paradigmática de John King Fairbank (2006), que estudou o comércio e a diplomacia chinesa, além das relações diplomáticas China-EUA. Fairbank estudou o “sistema de tributos” que o império chinês utilizava nas suas relações asiáticas, e que veio a se transformar no conceito organizador central nos estudos da história diplomática da Ásia do Leste. O modelo Fairbank

foi concebido como tendo a China no centro do sistema e muito superior aos demais estados vizinhos.

A relação da China com outros estados eram hierárquicas e não igualitárias, como a própria sociedade chinesa. A ordem histórica na Ásia do Leste teria sido unificada e centralizada na teoria, pela universal proeminência chinesa do “Filho do Céu”. Não era organizada por uma divisão de territórios entre soberanias de status iguais, mas, sobretudo, por uma subordinação de todas as autoridades ao Centro e ao poder do imperador. A hierarquia das relações foi estabelecida sobre a superioridade e suserania com relação aos Estados inferiorizados e submissos vizinhos. O respeito a esta hierarquia e reconhecimento da superioridade chinesa eram requisitos absolutos e obrigatórios para o estabelecimento da abertura de relações com a China.

Assim, estados e países que queriam ter relações com a China, deveriam se submeter e, quando possível, serem obrigados a fazê-lo enquanto tributários ou submetidos a tributos. Desta forma, o comércio e o tributo eram aspectos intrínsecos a um único sistema de relações internacionais, onde o valor moral do tributo era o mais importante na mente dos governantes chineses e o valor material da relação de comércio o que interessava aos “bárbaros”. Assim, para os chineses, o valor moral estava em que o tributo implicava na função de garantir a legitimidade de sua ordem; quando para os estrangeiros, o comércio era o meio mais importante, e viam no sistema, apenas um engenhoso mecanismo para o comércio. Shang Feng (2010), que estudou detalhadamente o *Tribute system* chinês, faz uma crítica muito pertinente ao modelo de Fairbank, apresentando outras visões sobre o “tribute system”. Não teremos condições aqui de nos alongar sobre o assunto, mas julgamos importante indicar que o tema é relevante, principalmente porque toda a história das relações internacionais chinesa está baseada no conceito do “tributo”. A segunda visão sobre o conceito, basicamente oriunda de historiadores chineses, o compreende enquanto a gerência burocrática chinesa das relações internacionais, ou um conjunto de regras, princípios e procedimentos que foram desenvolvidos na China para lidar com estrangeiros.

Uma terceira visão, oriunda da Escola Inglesa, entende a instituição do “tributo” como

um conjunto de hábitos e práticas moldadas para a realização de objetivos comuns. O tributo dizia respeito não apenas ao prestígio ou legitimação, mas também, e em muitos casos ainda mais importante, por segurança nas fronteiras, lucro econômico, proteção militar ou hegemonia. O sinocentrismo – ou a supremacia chinesa na região - não seria suficiente para dar conta das relações internacionais chinesas.

Para Zhang Feng, que estudou as relações internacionais chinesas em diversos períodos, o modelo do “tributo” seria incapaz de capturar a multiplicidade das relações entre a China e seus vizinhos. Até porque houve períodos em que a China esteve em posição inferiorizada, por exemplo, durante a dinastia Song (960-1279), quando o país não poderia exigir de seus vizinhos a adesão aos sistema de tributos. Feng demonstra que o modelo – retoricamente termina por congelar as relações chinesas com seus vizinhos e que ele é de pouca utilidade quando quer tratar de políticas regionais como um todo, sobretudo porque extrapola a dimensão e poderio chinês, sem estabelecer, no tempo, as diferenças e as conjunturas que nem sempre são as mesmas. Para Feng (2010, p. 96) o “sistema de tributos” foi uma invenção Ocidental, que data, sobretudo do século XIX. Ao atualizar a questão, Feng afirma que o atual sistema internacional das relações políticas da Ásia do leste é muito mais amplo do que querer explicar as relações internacionais chinesas a partir do “tribute system”.

Mas, deixando as digressões teóricas, que servem para nos indicar a complexidade das relações internacionais chinesas, sobretudo em países com pouca familiaridade com esta cultura, e em especial a cultura das relações internacionais, fica o alerta de que não devemos considerar ortodoxamente como valores únicos de interpretação e conhecimento as visões e interpretações *soi disant* científicas oriundas das escolas norte-americanas de relações internacionais.

Estudar as relações internacionais entre a China e a América latina exige de nós um maior rigor crítico, no sentido de sermos mais proativos, objetivos, mais independentes e criativos, seja no que tange aos aspectos políticos e diplomáticos, seja aqueles geopolíticos, comerciais e culturais. Entre 2000 e 2013, como disse a CEPAL (2015) a China deixou de ser um sócio minoritário na América Latina e no Caribe para ser um ator central. O comércio de

mercadorias entre as partes foi multiplicado por 22, passando de pouco mais de 12 bilhões para quase 275 bilhões de dólares. A título de comparação, no mesmo período, o comércio da região com o mundo foi multiplicado apenas por três. Ao mesmo tempo, quando observam Roger Cornejo e Abraham Navarro Garcia (2010), as relações diplomáticas históricas são crescentes entre China e a região, já em 1991 o país asiático tornou-se observador do Banco Interamericano de Desenvolvimento e desde 1993 vem lutando para tornar-se em acionista do Banco, o que conseguiu em 2008, quando realizou aporte de USD 350 milhões. Em 1991 passou a estabelecer diálogo com o Grupo do Rio e, em 1994, se tornou o primeiro país asiático a ser observador da Associação Latino Americana de Integração, em maio de 1997, a China foi admitida no Banco de Desenvolvimento do Caribe.

O país asiático também estabeleceu mecanismos de diálogo com o Mercosul e com a Comunidade Andina de Nações e com o CARICOM. Em 2004, se converte em observador permanente da Organização dos Estados Americanos e do Parlamento Latino americano. Em 2014, foi anunciada a criação do Banco dos BRICS e já em julho de 2015 entra em operação. O banco de fomento terá inicialmente capital de US\$ 50 bilhões, US\$ 10 bilhões investidos de cada país, destinados ao financiamento de projetos de infraestrutura e para o desenvolvimento dos BRICS, assim como de outros países em desenvolvimento, além de um fundo de reservas que poderá ser utilizado pelos membros do bloco em "contingências financeiras", com dotação de US\$ 100 bilhões, US\$ 41 deles vindos da China; Rússia, Brasil e Índia com US\$ 18 bilhões cada e África do Sul os US\$ 5 bilhões restantes. Todas essas transformações exigem um esforço analítico sistemático por parte dos países latino-americanos, a fim de que se possa ter parâmetros para ações que permitam que a interação daqueles países com a China seja promotora de desenvolvimento para a região, tomando em consideração as assimetrias existentes entre as duas realidades.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS

A queda do Muro de Berlim incitava, basicamente, dois tipos de perspectiva diante do novo cenário pós-bipolaridade, *i*) por um lado, emergia um triunfalismo neoliberal, no sentido de que se comprovara, definitivamente, a superioridade do modo de produção capitalista; *ii*) outras abordagens, entretanto, tinham em comum a preocupação com a configuração híbrida que começava a se formar, sendo ainda mais complexa do que a anterior.

No caso da América Latina, ao longo de toda a década de 1990, foi absorvida a primeira opção, estabelecendo com o capitalismo do Norte global uma relação de subordinação e, ao mesmo tempo, de mimetização. Era uma tentativa de aplicar, no capitalismo periférico, aspectos contemporâneos do capitalismo de formação clássica. Algo problemático, considerando que, como argumentado por Chang (2004), as configurações institucionais em que as “boas políticas”, receitadas pelos organismos internacionais nas últimas décadas, foram forjadas em cenários completamente diferentes, quando comparados os níveis de desenvolvimento dos países industrialmente avançados com os periféricos.

Vivia-se, então, os duros processos de ajuste econômico que impactaram estas economias por toda uma década, quando, seguindo os ditames do Fundo Monetário Internacional, deviam fazer excedentes de exportação para enfrentar os serviços das dívidas, que não paravam de crescer (CEPAL, 1990). Os planos de estabilização econômica se deram ao custo de crescente vulnerabilidade externa. Estes se basearam numa política de contenção salarial, restrição monetária e creditícia e juros elevados, que, diferentemente dos ajustes dos anos 80, contaram com uma política cambial orientada para a valorização somada à liberalização do comércio exterior.

Os investimentos produtivos foram negligenciados e parcela considerável dos investimentos que para a América Latina tiveram caráter financeiro, patrimonial e especulativo. Wilson Cano (2003) apresenta dados da CEPAL de 1997 informando que, entre 1990 e 1997, o total das privatizações e concessões na região atingiu o valor equivalente a US\$ 97,2 bilhões. Esse modelo regressivo de transformação produtiva fez com que a participação da indústria no PIB caísse, além de ter agravado o processo de desnacionalização das economias da região.

Segundo Wilson Cano (2003, p. 297), as agruras do modelo de ajuste para a região foram disseminadas e duradouras: Para o conjunto dos 20 principais países capitalistas latino-americanos, o déficit acumulado em transações correntes, entre 1989 e 2001, consumiu US\$ 550 bilhões (cerca de 2,9% do PIB acumulado no período), enquanto a dívida externa saltava de US\$ 453 bilhões para US\$ 787 bilhões; as exportações cresceram 164%, mas as importações aumentaram 240%.

No Brasil, no mesmo período, o PIB cresceu 26,4%, as importações cresceram 203%, mas as exportações apenas 69%. O câmbio barato e desregulamentado ampliou também os gastos com turismo, compras de imóveis no exterior e crescentes remessas não controladas, muitas de escusa procedência. Os efeitos perversos destas políticas fizeram com que a taxa média de crescimento nos 6 principais países da América Latina (exceto Chile) viesse a se situar, entre 1989 e 2002, em 1,6% na Argentina, 2,0% no Brasil, 2,6% na Colômbia, 3,1% no México e no Peru e 1,6% na Venezuela – taxas tão ruins quanto as verificadas na década anterior.

Em outros termos, as questões relacionadas ao livre-comércio, à democracia, à independência do Banco Central (onde, no caso brasileiro, por exemplo, a política econômica passa a ser, notadamente, de corte monetarista – dando centralidade à estabilização dos preços em detrimento do emprego), entre outras medidas, só foram aplicadas nos países industrialmente avançados muito mais tardiamente do que o que se coloca para os países periféricos. No capitalismo central, de acordo com a abordagem de Chang (2004, p. 203), “operavam com estruturas institucionais muito menos desenvolvidas dos que as hoje existentes nos países em níveis de desenvolvimento comparáveis”.

Isto indica que a adoção de um receituário institucional prevalecente, atualmente, nos países desenvolvidos não confere, *per se*, a superação do subdesenvolvimento, representando muito fielmente, como bem resgata o autor de “chutando a escada”, a analogia designada originalmente por List (1983). Portanto, o mercado não esteve no papel de agente principal da trajetória de desenvolvimento destes países, nem no início do desenvolvimento capitalista, tampouco na contemporaneidade (POLANYI, 2012; MAZZUCATO, 2014). Até mesmo o próprio

mecanismo de livre-mercado, segundo a conhecida interpretação institucionalista de Polanyi (2012), só foi tornado possível a partir da ação deliberada do Estado.

Ainda assim, com uma “percepção de vulnerabilidade da região” e a partir do “temor de isolamento pós-bipolaridade”, inaugurava-se um período de completo alinhamento à geopolítica norte-americana, onde a relação de sujeição era tomada como a “única via possível de desenvolvimento econômico e era sustentada na premissa da unipolaridade gerada pela queda do Muro de Berlim (e agravada pelo fim da URSS em 1991)” (PECEQUILO, 2013, p. 102).

A globalização era ideologicamente oferecida como caminho mais curto para a modernização, iniciando-se, na América Latina, uma fase de desmantelamento dos antigos processos de substituição de importações, de ampla intervenção do Estado e de fortalecimento de empresas estatais. Os ganhos de eficiência e competitividade viriam, segundo esta perspectiva, através de um movimento de abertura comercial, de privatizações e de negligência ou total extinção de políticas industriais. Com o novo arranjo, surgiria para os países latino americanos uma completa inversão das premissas desenvolvimentistas, onde:

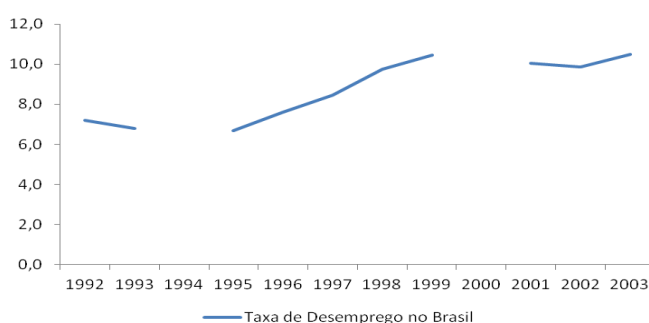
[...]A industrialização por substituição de importações era agora definida como um processo de favorecimentos corrupto; a construção estatal como alimentando uma burocracia inchada; a ajuda financeira dos países ricos, como dinheiro derramado na sarjeta; e as estruturas paraestatais, como barreiras mortais para uma atividade empresarial lucrativa. Os Estados foram impelidos a adiar gastos com educação e saúde. E foi realçado que as empresas públicas, consideradas, por definição, ineficientes, deveriam ser privatizadas o quanto antes (WALLERSTEIN, 2009, p. 62).

Como atenta, ainda, Wallerstein (2009), durante a década de 1990, com a acentuação da queda da lucratividade da indústria norte-americana, houve uma espécie de compensação via aprofundamento das relações dos Estados Unidos com os países subdesenvolvidos através do setor financeiro. Nesse sentido, o Estado neoliberal norte-americano difundiu pela América Latina seus ideais de liberdade, os quais “refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro”

(HARVEY, 2012, p. 17).

O resultado da implantação dessa agenda neoliberal ao longo da década de 1990 é conhecido. No Brasil, a taxa de desemprego chegou a 10,4% em 1999, conforme observado no gráfico que segue:

Gráfico 1. Taxa de desemprego no Brasil entre 1992 e 2003 (%)



Fonte: Disoc/Ipea a partir dos microdados da Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Tendo ampliado a participação do comércio exterior de 7%, em 1978, para 40% no início dos anos 1990 (HARVEY, 2012), a China traçava uma trajetória peculiar. Enquanto incorporava, de modo crescente, elementos de mercado, o Estado chinês permanecia tutelando o processo, fazendo com que o ritmo e as configurações da reforma fossem ditados endogenamente, em um modelo, em grande medida, oposto ao praticado na América Latina.

Esta oposição tem como fundamento a situação econômica da América Latina no início dos anos 1990, tendo o Estado uma preocupação de outra ordem, quando comparado à experiência chinesa. Após o período de desajuste na década anterior, boa parte dos países latino americanos se depararam com uma escolha neoliberal de estabilização de preços em detrimento do crescimento. Aqui cabe um comentário teórico. Em seu artigo “O desenvolvimento da América Latina na perspectiva da Cepal dos anos 90: correção de rumos ou mudança de concepção?”, Niemeyer Almeida Filho (2003) debate uma assimilação parcial,

por parte da teoria cepalina, de aspectos relacionados ao movimento de globalização e financeirização vivenciados pelos países latino americanos naquele período.

A discussão é profícua por dar relevo às críticas levantadas contra a escola cepalina por autores dependentistas e neomarxistas de que a promoção da industrialização, *per se*, como fonte de superação da condição de subdesenvolvimento não seria suficiente, tendo em vista que a análise negligenciava aspectos relacionados às classes sociais e à natureza tardia da industrialização na região.

O autor destaca que houve um processo de absorção por parte dos teóricos da Cepal de elementos próprios da abordagem neoliberal, onde “a mudança mais marcante é a aceitação da precedência do equilíbrio de curto prazo, pois na realidade dos países da região isto significou, na prática, a circunscrição da política econômica à estabilidade da moeda, em condições estruturais bastante adversas” (ALMEIDA FILHO, 2003, p. 19-20).

Isto indica que, mesmo alguns setores heterodoxos do pensamento econômico latino americano, foram parcialmente influenciados pelo ideário neoliberal que avançava sobre a política econômica dos países da região. Neste sentido, concordamos com o Almeida Filho (2003, p. 20) quando ele argumenta que “qualquer ajuste da economia voltado apenas para o equilíbrio macroeconômico é tão espúrio quanto a competitividade conseguida à custa de salários baixos”.

A partir desta realidade, é possível compreender as assimetrias existentes entre os resultados apresentados pela América Latina e pela China, em conjunturas diferentes e com determinações históricas bastante distintas, as duas experiências apresentaram atuações diversas por parte do Estado, o que conferiu, também, resultados, por vezes, antagônicos. Enquanto a América Latina buscou a estabilidade macroeconômica às custas de todo o resto, o Estado chinês perseguia o crescimento econômico fundamentado em um planejamento bastante robusto voltado para este objetivo.

Conforme Costa Lima (2015), os feitos da China são superlativos, para além das

impressionantes taxas de crescimento do Produto Interno Bruto. Desde 1978, dos investimentos em infraestrutura, que cresceram muito mais rápido do que a economia como um todo, passando de 2 a 3 por cento do PIB no início dos anos 1980 para 9 por cento entre 1998 e 2002; da redução da taxa nacional de de pobreza de 84,0 em 1981, para 13,1 em 2008, o que retirou mais de meio bilhão de pessoas da extrema pobreza; deu-se um fantástica reforma educacional, quando a China tinha em 1978 apenas 400 mil estudantes na universidade, para atingir em 2007 o número graduandos e pós graduandos de 11,4 milhões.

Com a intensificação de sua participação no comércio internacional e do mercado doméstico - e sendo um país relativamente desprovido de recursos naturais -, a China aumentou significativamente a demanda por *commodities* no mercado internacional, pressionando fortemente os preços para cima, em virtude da rigidez pelo lado da oferta destes produtos no curto prazo. Tal cenário impactou severamente na economia da América Latina, região historicamente fornecedora de bens primários na divisão internacional do trabalho. A tabela abaixo, elaborada por Gonçalves e Pinto (2013, p. 16) mostra a variação no preço das commodities e a melhora nos termos de troca, decorrente do processo, comparando as décadas de 1990 e 2000:

Tabela 1. Variação percentual média anual dos preços das commodities 1992-2012

<i>Commodities</i>	1992-2002	2002-2012
Energia (petróleo cru, gás natural e carvão)	1,0	14,7
Petróleo cru	1,1	15,0
Gás natural	1,0	12,3
Carvão	-1,9	14,8
Alimentos e bebidas	-1,2	9,2
Alimentos (inclui cereais, óleos vegetais, carne, frutos do mar, açúcar, bananas e laranjas)	-1,4	9,2
Cereais (inclui trigo, milho, arroz e cevada)	-0,5	14,2
Óleo Vegetal (inclui soja, farelo de soja, óleo de soja, óleo de canola, óleo de palma, óleo de girassol, azeite, farinha de peixe e amendoim)	-0,1	13,5
Soja	-0,9	15,6
Bebida (inclui café, chá e cacau)	1,0	8,6
Matérias-primas Agrícolas (inclui madeira, algodão, lã, borracha, etc.)	0,2	3,9
Metais (inclui cobre, alumínio, minério de ferro, estanho, níquel, zinco, chumbo e urânio)	-0,7	13,7
Cobre	-2,0	17,4
Alumínio	0,5	3,5
Minério de Ferro	-0,6	41,2
Níquel	-0,2	7,3

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database. Disponível: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata>. Acesso: 20 de setembro de 2013.

Fonte:Gonçalves e Pinto (2013)

Mas a China também ampliou sua produção manufatureira na década de 1990, modernizando-se e se qualificando, passando a produzir produtos de maior valor agregado com a implantação de indústrias de novas tecnologias. Como afirma Mick Dunford (2015), o excedente comercial relativo a máquinas e processamentos de dados deu um grande salto, saindo de um valor de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 18,9 bilhões de 1996 a 2012.

O declínio do projeto neoliberal, no final dos anos 1990, e a consequente ascensão de governos de esquerda nos países latino-americanos promoveram uma re colocação, pelo menos do ponto de vista político, da região. Houve uma importante reorientação no que diz respeito ao alinhamento internacional, no qual as relações verticais, ou centro-periferia, perderam primazia em favor da ampliação das interações horizontais ou Sul-Sul.

Neste sentido, o novo recorte ideológico, no plano político, e a ascensão chinesa, no plano econômico, marcaram, neste início de século XXI, um deslocamento das parcerias fncadas no que Pecequilo (2008) chamou de “década bilateral” (anos 1990) para uma mobilização em torno da multilateralidade, enfatizando as economias em desenvolvimento, fortalecendo também a interação intrarregional.

Cabe ainda apontar para uma relativa “renúncia” dos Estados Unidos em patrulhar de perto, como ocorrido nas décadas anteriores, a América Latina. Neste caso, envolvido em uma crise interna de proporções consideráveis e com sinais muito claros de declínio de sua hegemonia, diante da iminência político-econômica chinesa, a política externa americana na região passou a ter um caráter muito mais brando do que o que o observado em períodos precedentes.

A partir deste cenário, houve espaço para uma atuação mais incisiva do eixo horizontal mesmo no interior dos organismos internacionais, tradicionalmente inclinados às demandas do centro sistêmico. Conforme argumenta Pecequilo (2008, p. 145), os ganhos políticos potenciais, nas arenas historicamente dominadas pelos países de capitalismo avançado, são consideráveis na tentativa de redução de assimetrias nas Relações Internacionais:

Na dimensão político-estratégica, a proximidade de objetivos entre as nações do Sul refere-se a uma reivindicação permanente desde o fim da Guerra Fria que é a da reforma das OIGs como G8, FMI, Banco Mundial e, principalmente, do CSONU. Aqui a dinâmica de alianças e coalizões é complexa e envolve não só o eixo vertical como o horizontal. No que se refere ao G8, Brasil, China, África do Sul e Índia associam-se para a promoção de um novo organismo que inclua países emergentes, completando a atualização do antigo G-7 iniciada com a inclusão da Rússia. As hipóteses giram em torno de um G-10, G-13, como uma versão de emergentes, o G-5 com Brasil, China, Índia, África do Sul e Rússia.

Desta forma, no caso específico da parceria entre China e América Latina, Vadell (2011, p. 59) destaca três desdobramentos principais neste novo arranjo geopolítico: *i*) uma mudança na relação com os EUA a partir da ampliação da interação com o país asiático; *ii*) a centralidade da China no crescimento econômico da região a partir de 2001-2002, o que permitiu um momento de recuperação econômica para grande parte dos países; *iii*) o destacado papel da economia brasileira enquanto liderança regional e como ator central na relação com o país asiático.

A atuação da China na América Latina se apresenta, portanto, como um ponto de inflexão na geopolítica local, o qual estabelece ganhos potenciais, principalmente políticos, vantagens econômicas de curto prazo (como no caso do *boom* das commodities) e desafios, principalmente para o setor industrial, conforme respaldado no exemplo de Harvey (2012, p. 151):

Diante das preocupações da Argentina com a destruição dos vestígios da indústria doméstica em produtos têxteis, sapatos e couro devido a importações de produtos chineses baratos, o conselho chinês foi simplesmente que aquele país deixasse perecer essas indústrias e se concentrasse em ser um produtor de matérias-primas e em bens agrícolas para o mercado chinês em expansão.

Ainda segundo o geógrafo britânico (*idem*) a China emerge como *hegemon* regional nas partes leste e sudeste da Ásia e com gigantesca influência global, o que pode acender uma iniciativa de reafirmação das tradições imperiais da China tanto na Ásia quanto além dela. Neste sentido, cabe aos países latino americanos o estabelecimento de investidas no domínio interno no sentido de fortalecimento de suas economias e na tentativa de buscar uma

inserção internacional mais dinâmica, que forneça uma fundação mais robusta, base para um projeto de desenvolvimento autônomo e sustentável no longo prazo.

A preocupação com uma reformulação na esfera produtiva, instância na qual as assimetrias com a China são mais acentuadas, pode permitir que os ganhos políticos já materializados no cenário internacional permaneçam e que os proveitos potenciais sejam concretizados no futuro. Ou seja, a redução das desproporções econômicas podem auxiliar barganhas políticas tanto na relação bilateral com o país asiático quanto nos organismos internacionais.

A seção que segue apresenta aspectos econômicos da relação sino-latino americana no período recente.

CHINA-AMÉRICA LATINA (IED E COMÉRCIO)

O crescimento do intercâmbio comercial entre a China e os países da América Latina, principalmente a partir dos anos 2000, é um fenômeno conhecido, o qual decorre da ampla capacidade dos países da região de fornecimento de matérias-primas e do impulso das exportações de produtos manufaturados chineses, que encontraram mercado também no subcontinente americano.

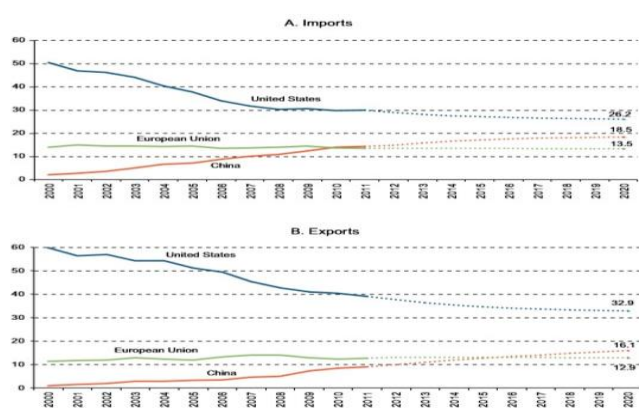
Esta observação inicial, entretanto, já expõe uma assimetria nas relações comerciais entre o país asiático e os latino americanos, revitalizando um histórico problema de inserção internacional. Desta forma, enquanto a China comercializa bens de alto valor agregado, com alta elasticidade-renda, a América Latina reforçou sua posição de ofertante de commodities na nova divisão internacional do trabalho, sendo 70% do total exportado para a China concentrados em bens desse tipo (ONU, 2013).

Além de sublinhar uma especialização em produtos primários, houve uma ampliação da orientação para o mercado chinês, o que fez com que a China assumisse uma importância

central na pauta de exportações de boa parte dos países da região. Pela perspectiva chinesa, no entanto, dada sua variada cesta de países ofertantes de *commodities*, a América Latina representa uma pequena parcela na pauta de importações. Esta configuração permite à China um grande poder de barganha em suas transações com os latino americanos.

O gráfico abaixo captura o crescimento da participação chinesa no comércio da América Latina, em comparação com os Estados Unidos, que segue como principal parceiro da região, e União Europeia:

Gráfico 2. Participação dos principais parceiros comerciais da América Latina entre 2000 e 2011 e projeções até 2020 (%)



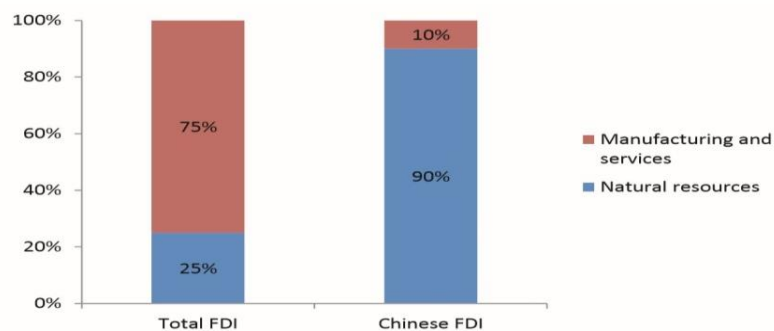
c Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), on the basis of United Nations Commodity Trade Database (COMTRADE) and sources.

Fonte: ONU (2013, p. 11)

Desde 2010, as empresas chinesas têm investido, em média, US\$ 10 bilhões em países latino americanos, concentrados, principalmente, em petróleo e mineração. A América Latina é responsável por cerca de 13% do estoque total de Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês, sendo que, desse valor, aproximadamente 92% vão para as Ilhas Virgens Britânicas e para as Ilhas Cayman e os 8% remanescentes são escoados, majoritariamente, para Brasil, Peru, Venezuela e Argentina. As empresas chinesas possuem maior peso no setor de petróleo e gás na Argentina, Venezuela, Colômbia e Equador, com relação à extração de minérios, as companhias têm investido fortemente no Peru e no Brasil (ONU, 2013).

Gráfico 3. Padrões de Investimento Estrangeiro Direto na América Latina

Figure 9
Patterns of foreign direct investment to Latin America



Source: ECLAC (2013).

Note: total FDI: average 2007-2011. Chinese FDI c.2010.

Fonte: Albrieu e Rozenwurcel (2015, p. 21)

No que diz respeito ao investimento nos setores de manufaturas e serviços, nota-se uma ampliação da participação de empresas chinesas nos mercados domésticos dos países latino americanos. A instalação de fábricas chinesas nestes países tem em comum uma participação muito irrelevante de conteúdo nacional, como no caso da Huawei na Argentina, onde o teor local está restrito à mão de obra e embalagens, sendo todo o componente de alta intensidade tecnológica desenvolvido na China.

Em termos gerais, os investimentos em manufaturas estão direcionados, não só no caso argentino, para uma estratégia de ampliação do mercado consumidor, *market seeking*, apresentando ganhos marginais para a economia local.

Essa concentração da demanda chinesa nos recursos naturais se reflete no comparativo entre os cinco principais produtos na pauta de exportação nas duas direções, como se pode observar no quadro 1. O lado esquerdo mostra os cinco principais produtos exportados pela América Latina com destino à China, enquanto o lado direito do quadro apresenta a perspectiva chinesa, os produtos destinados à América Latina.

Além de apresentar a disparidade entre os tipos de bens exportados por cada lado, o quadro mostra também o tamanho da concentração em poucos produtos no caso latino americano: os cinco produtos listados representam 69% da pauta de exportações, enquanto,

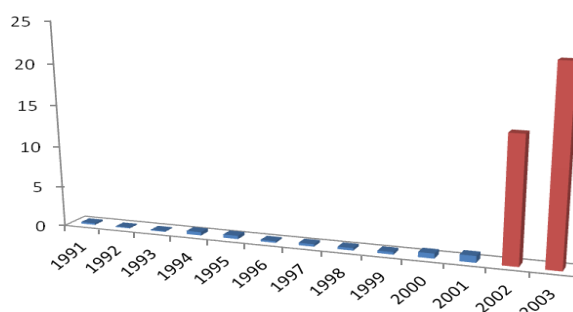
pelo fluxo chinês, os produtos listados correspondem a apenas 23%. Isto indica que a China não só possui uma especialização intensiva capital como também tem uma pauta muito menos concentrada em poucos produtos.

Quadro 1. Cinco principais produtos na pauta de exportações entre América Latina e China (2009-2013)

Exportações América Latina - China		Exportações China - América Latina	
Produto	Participação no total das exportações (%)	Produto	Participação no total das exportações (%)
Ferro	20	Equipamentos de telecomunicação	10
Soja	18	Equipamentos de processamento de dados	4
Cobre	14	Embarcações e estruturas flutuantes	4
Minério de cobre	10	Instrumentos óticos	3
Petróleo cru	9	Petroleo Refinado	3
Total dos 5 principais produtos exportados pela A. L.	69%	Total dos 5 principais produtos exportados pela China	23%

Fonte: Com base nos dados do Global Economic Governance Initiative (2015). Elaboração própria.

Esta configuração representa um desafio em duas frentes para os países latino americanos, a saber, além de uma colocação no comércio internacional com base em produtos com grande volatilidade de preço e demanda, a indústria local perde espaço tanto no plano doméstico quanto em terceiros mercados. Como mostram os dados de Moreira (2005, p. 33), considerando apenas o período 1990-2003, as perdas dos países latino americanos em virtude da concorrência chinesa no comércio exterior parecem ser de pouco relevo, 0,8%. Entretanto, tomando, no mesmo período, apenas os números pós ingresso do país asiático na Organização Mundial do Comércio (OMC), ou seja, recortando os anos 2002 e 2003, este percentual sobe para 15% e 23%, respectivamente.

Gráfico 4. Perdas anuais da América Latina para a China (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Moreira (2005).

Os dados até aqui apresentados revelam que a interação da região com o país asiático tem produzido resultados positivos, do ponto de vista conjuntural, porém, que exigem cautela e políticas incisivas no longo prazo, por reforçarem aspectos estruturais problemáticos na América Latina. Dentre estes temas, centro de grandes debates, um dos principais é a questão da elasticidade-renda dos produtos primários em comparação com a elasticidade-renda de produtos industrializados. Como argumentado por Thirlwall (2005), torna-se complexo compreender se a determinação das elasticidades-renda são parte de um mecanismo endógeno, induzidos pelo aumento da produção, ou exógeno.

O que se sabe, entretanto, é que “em muitos casos, as elasticidades-renda dos países são predominantemente determinados pela detenção de recursos naturais e pelas características dos bens produzidos”, que, segundo o autor, “são um produto da História e independem do aumento da produção” (THIRLWALL, 2005, p. 56). Isto implica um grande esforço, a partir de forte intervenção estatal, no sentido de quebrar com o circuito estrutural oriundo de processos históricos e de dotação prévia de recursos, sendo este o grande desafio para os países latino americanos: a reinserção diferenciada na Divisão Internacional do Trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o choque neoliberal sofrido pelos países latino americanos na década de 1990, a

lógica da modernidade e da globalização/modernização parece suficientemente intenalizada na realidade da região. Como se tentou mostrar neste trabalho, as trajetórias particulares de China e América Latina conduziram a resultados bastante diferentes, apesar de haver um esforço conjunto de superação das configurações pró-capitalismo central e por uma democratização de instituições e das interações entre países nas relações internacionais.

A modernidade, naturalizada como um projeto comum, de caráter universal, é apresentada como caminho a ser seguido também pelos países do Sul global, onde se observa uma pressão para que a China se acomode dentro desses parâmetros ocidentais, eurocêntricos. A partir do que fora apresentado neste artigo, o que se coloca para discussão é de que forma a América Latina pode se colocar em oposição à estrutura política e econômica do imperialismo, em outras palavras, como a região pode fazer frente às imposições do capitalismo central, em associação com a China, porém, tendo também em relação ao país asiático um posicionamento incisivo, com maior poder de barganha. Neste sentido, o desafio para os países latino americanos é duplo, tendo o primeiro avançado e o segundo, por sua incipiência e pontos de obscuridade, exigido um esforço político, econômico e teórico amplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRIEU, R.; ROZENWURCEL, G. (2015), "A note on China's development strategy and Latin American economies". In: *The South American Network on Applied Economics*. Working Paper n. 2.

ALMEIDA FILHO, N. (2003), O Desenvolvimento da América Latina na Perspectiva da CEPAL dos anos 1990: correção de rumos ou mudança de concepção? In: FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L.A. (Orgs.) *Liberalização Econômica e Desenvolvimento: modelos, políticas e restrições*. São Paulo: Ed. Futura.

AMSDEN, A. (2004), *The rise of "the rest"- challenges to the west from late-industrializing economies*. New York, Oxford University Press.

BONILLA, A.; MILET, P. (2015), "Los impactos de China en las Relaciones Internacionales de América Latina y el Caribe". In Bonilla y Milet (Editores), *China em América latina y El Caribe: escenarios estratégicos subregionales*. San José: Flacso/CAF.

CANO, W. (2003), "América Latina: a necessária integração" In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 295-310, jul./dez.

CEPAL (1990), *Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990*.

_____(2015), *América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de Cooperación Económica*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

CHANG, J. (2004), *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP.

CHATERJEE, P. (2004), "Nossa Modernidade". In: *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: EDUFBA/CEAO.

CORNEJO, R. G. (2010), "China y América Latina: recursos, mercado y poder global". *Nueva Sociedad* nº 218, julho/agosto.

COSTA LIMA, M. (2015), "Um dragão nos trópicos". In: Pedro de Souza (Org): *Brasil, Sociedade em Movimento*. São Paulo: Paz e Terra/Centro Internacional Celso Furtado.

DUNFORD, M. (2015), "A remergência da China". In: Pedro de Souza (Org): *Brasil, Sociedade em Movimento*. São Paulo: Paz e Terra/Centro Internacional Celso Furtado.

FAIRBANKS, J. K. *The origin of the Chinese Maritime Customs Service, 1850-58*. University of Oxford DPhil thesis, 1936.

_____. China: A New History. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1992. Enlarged Edition, with Merle Goldman, 1998; Second Enlarged Edition, 2006.

FENG, Z. (2010), "Rethinking the "tribute system". Broadening the conceptual horizon of historical East Asian politics In: Yongnian Zheng (Ed.), *China and International relations. The Chinese view and the contribution of Wang Gungwu*. London: Routledge.

FERCHEN, M. (2011), "As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?". In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105:130, nov.

GALLAGHER, K.; RAY, R. (2015), "China-Latin America economic bulletin 2015 edition". In: *Global governance initiative*. Discussion paper.

GONÇALVES, R.; PINTO, E. C. (2013), Transformações globais, poder efetivo e o protagonismo da China. Texto para discussão 017/2013. Rio de Janeiro: IE-UFRJ.

GUNGWU, Wang (2003), *Ideas Won't Keep. The Struggle for China's Future*, Singapore: Eastern University Press.

HARVEY, D. (2012), *O neoliberalismo: história e implicações*. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.

HSIUNG, J. C. (2010), "A re-appraisal of Abahamic values and neorealist IR theory: from a Confucian-Asian perspective". In: Yongnian Zheng (Ed.), *China and International relations. The Chinese view and the contribution of Wang Gungwu*. London: Routledge.

LIST, F. (1983), *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural.

LÓPEZ, A.; RAMOS, D. (2014), "Argentina y China: nuevos encadenamientos mercantiles globales con empresas chinas. Los casos de Huawei, CNOOC y Sinopec". In: DUSSEL, E. P. (org.). *La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso*. México, D.F.: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe.

MAZZUCATO, M. (2014), *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. 1ª edição. São Paulo: Portfolio Penguin.

MOREIRA, M. M. (2005), "O desafio chinês e a indústria na América Latina". In: Revista Novos Estudos, n. 72, julho.

ONU (2015), Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: China-Latin America cross-council taskforce. Summit on the Global Agenda World Economic Forum. Abu Dhabi, 18-20 November.

PECEQUILO, C. S. (2008), "A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical". In: Revista Brasileira de Política Internacional. 51 (2): 136-153.

_____. (2013), "A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China". In: *Carta Internacional*. Vol. 8, n. 2, jul.-dez: 100-115.

POLANYI, K. (2012), *A grande transformação: origens de nossa época*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

RODRIK, D. (2010a), "Abrindo Espaço para a China na Economia Mundial". In: *American Economic Review: Papers & Proceedings*, vol. 100, nº 2: p. 89-93.

_____. (2010b), "Trade and Industrial Policy Reform". In: SRINIVASAN, T.N.; BEHRMAN Jere (editores), *Handbook of development economics (Handbooks in economics; 9)*. Capítulo 45, Vol. III B. North-Holland.

THIRLWALL, A.P. (2005), *A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações*. Brasília: IPEA.

VADELL, J. (2011), "A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do Pacífico". In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 57-79, nov.

YONGGHIAN, Z. (2010), "Preface". In: Yongnian Zheng (Ed.), *China and International relations. The Chinese view and the contribution of Wang Gungwu*. London: Routledge.

Recebido em 07 de abril de 2016.

Aprovado em 10 de maio de 2016.